

# Há parlamentaristas só por acaso, afirma Saulo

JURADO

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O sistema parlamentarista de governo está sendo defendido por alguns políticos que têm realmente formação doutrinária parlamentarista, mas também por muitos outros que se tornaram adeptos desse sistema só agora e por motivos casuísticos, momentâneos. Esses estão aborrecidos com o presidente José Sarney e querem criar-lhe problemas. Mas poderão se arrepender, porque a Constituição é feita para durar 50 anos.

Esta avaliação foi feita a O Estado e Jornal da Tarde pelo consultor-geral da República, José Saulo Ramos, defensor do presidencialismo como o sistema de governo a ser adotado na Nova Constituição, com um argumento, para ele "imbatível": a Constituição deve afirmar que todo o poder emana do povo e, por isso, não pode ignorar que a última vez que o povo se manifestou plebiscitariamente, em 1963, no governo João Goulart, o presidencialismo obteve 87% dos votos. "O regime presidencialista, que foi adotado pelos fundadores do Estado brasileiro na Proclamação da República, somente sofreu interrupção, pelo Parlamento, que criou o parlamentarismo e, no ano seguinte, fez-se um plebiscito, um pronunciamento oficial do povo, organizado pela Justiça Eleitoral", lembrou Saulo, concluindo: "Sem que haja uma nova decisão popular, pelo mesmo processo, não se pode mudar o sistema presidencialista de governo". Segundo ele, a decisão de 20 anos atrás "é vinculada num sistema democrático representativo, mesmo mudando a Constituição, porque a Constituinte representa apenas a soberania do povo e não se pode exercer o poder em nome do povo, estabelecendo um sistema de governo contrário àquele que o povo decidiu".

A tese do consultor-geral alcança os dias atuais. Ele argumenta que a campanha pelas eleições diretas foi feita para que o povo pudesse eleger o presidente em regime presidencialista, e sua conclusão é que, quando se der conta de que, num regime parlamentarista, estará elegendo o presidente, mas o primeiro-ministro será o chefe do governo escolhido indiretamente "perceberá que resuscitamos o Colégio Eleitoral por uma via oblíqua". Segundo ele, as pesquisas de opinião pública, por amostragem, são favoráveis ao regime presidencialista. "Se a Constituinte decidir contra a vontade popular, o problema é dela. Ela vai ter de se adequar, submeter à Constituinte, ad referendum, para legitimar sua decisão", afirmou.

"UM POUCO ABSURDO"

A crítica de Saulo Ramos, no en-



Saulo Ramos

tanto, não se restringe apenas ao sistema de governo estabelecido no projeto da Comissão de Sistematização da Assembleia Constituinte. Segundo ele, por exemplo, o projeto apresentado pelo deputado Bernardo Cabral, no capítulo dos Direitos Individuais, "é um pouco absurdo e contém conceitos que o povo brasileiro dificilmente vai aceitar". Um deles está no fato de que, ao afirmar que não pode haver discriminação biológica, "com a aparência da piedade pelo mais fraco, nossa Constituição estaria reconhecendo a desigualdade biológica, o que é um princípio nazista", disse o consultor, completando: "Começa, assim, para proteger o mais fraco, e depois mata".

A determinação de que a prisão só pode ser efetuada com ordem de autoridade judiciária competente também foi criticada por Saulo Ramos, para quem, "com este texto, nenhum delegado de polícia vai poder prender ladrão e fica uma dúvida sobre se um coronel pode prender um cabo por questões disciplinares".

### DIREITO INDIVIDUAL

Para o consultor-geral, a nova Constituição deve conter direitos individuais mais avançados. Ele entende que deve haver direito individual por meio da empresa, "que é a reunião de indivíduos que investem seu capital para desenvolver atividade econômica". Conforme afirmou, o direito de optar pela empresa é individual e o indivíduo tem de ter a segurança de que a economia será de mercado. "Embora no capítulo Da Ordem Econômica, o projeto de Bernardo Cabral lance algumas luzes para liberdade de mercado e iniciativa privada, a verdade é que nos outros capítulos o projeto é muito esta-

zante", disse, lembramos o artigo que determina que caberá exclusivamente ao Estado a arrecadação do direito autoral e de interpretação. "Foi estatizado, assim, o produto econômico do direito autoral, ou seja, o próprio direito autoral".

O projeto apresentado à Constituinte pelo deputado Teodoro Mendes, elaborado em conjunto com a Consultoria-Geral da República, não trata destas questões. Cuida apenas dos Poderes Executivos e Legislativos: "Para o meu gosto, o Poder do Legislativo está muito ampliado na proposta. Ele é parlamentar, defende o presidencialismo, mas deu ao Congresso poderes enormes". Um dos pontos que incomodam o consultor na nova proposta é o fato de que, dando ao Congresso Nacional o poder de decidir sobre a constitucionalidade dos decretos presidenciais — suspendendo sua eficácia, — cede aos parlamentares o poder de controle de legalidade dos decretos do presidente da República: "O controle da legalidade, tradicionalmente, sempre foi feito pelo Judiciário, que julga, declara ilegal e executa a sentença; na nova proposta, o Congresso vai ficar com uma força imensa, superior à do Judiciário, porque vai poder suspender a vigência do decreto".

Bom, para ele, no projeto de Teodoro Mendes, e o novo decreto-lei, que deverá, obrigatoriamente, ser apreciado pelo Congresso Nacional, sob pena de obstrução de todos os trabalhos do Legislativo. "Esta solução me parece muito inteligente porque provoca o debate", disse. "O poder de censura dos ministros não é estranho ao presidencialismo" — explicou, — já existe na Venezuela e no Equador".

A expectativa do consultor-geral da República é que os parlamentares tenham o bom senso de elaborar uma Constituição sintética, remetendo para a lei complementar e ordinária todos os assuntos passíveis de mudança a médio prazo. Ele diz que, se a Constituição contiver as normas gerais, no momento de elaborar a lei, cada questão terá a atenção de todos os deputados e senadores, "porque, na Constituinte, ninguém presta atenção em tudo", e, desta forma as questões serão mais bem examinadas".

O consultor-geral encerrou a entrevista afirmando: "A despeito de todos os problemas, eu tenho a impressão de que a Constituinte vai conseguir um bom estatuto". Segundo ele a gente tem de fazer uma Constituição debatida, se entendendo, e não ficar voltado para o passado, porque quem fica voltado para o passado fica de costas para o futuro, e a Constituição tem de ser feita para o futuro, e, se possível, carregada de esperança".



O grupo liderado por Richa concorda com a implantação do sistema parlamentarista

# Grupo dos 32 assina emendas

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A implantação do sistema parlamentarista de governo, a mudança do conceito de empresa nacional e a redução da influência do Estado no campo da economia são alguns dos principais pontos do projeto Hércules II, elaborado pelo Grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa, do PMDB do Paraná.

Ontem pela manhã, Richa, Virgílio Távora (PDS-CE), Francisco Dornelles (PFL-RJ), Arnaldo Prieto (PFL-RS), Cid Carvalho (PMDB-MA), Konder Reis (PDS-SC), entre outros, assinaram, diante da imprensa, 69 emendas ao substitutivo de Bernardo Cabral.

"Tem gente assinando o parlamentarismo sem saber", brincou o deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG), olhando para Virgílio Távora. Richa transqüilizou-o: "Não tem emenda parlamentarista porque ela já está no substitutivo".

O senador Richa passou, então, a explicitar para a imprensa a posição do grupo sobre o tema objeto das emendas. Sobre o sistema de governo, Richa disse que a falta de tempo para a discussão impediu-os de fechar questão: "Vamos manter a matéria tal qual está no texto de Cabral, a proposta de implantação do parlamentarismo puro. Teremos tempo suficiente para negociar a gradual implantação do sistema parlamentar de governo".

A implantação gradual do parlamen-

tarismo, ainda durante o mandato de Sarney, aliás, está sendo apresentada pelo deputado Israel Pinheiro, como "a emenda da transição", capaz de atender aos interesses dos parlamentares e do governo. "O Cid Carvalho, o Bonifácio de Andrade e eu vamos apresentar emenda segundo a qual, em 1988, institui-se a figura do primeiro-ministro e do Gabinete, mantidos os atuais poderes do presidente. Ele não fica sujeito a nenhuma nova limitação", garantiu o deputado mineiro. E continuou: "Em 1989, o presidente da República indicará o Gabinete, que precisa da aprovação de um terço da Câmara, e só cai com o voto de desconfiança de dois terços de seus integrantes. A partir de 1990, funcionará o parlamentarismo puro".

O deputado Cid Carvalho garantiu que "o Congresso avança firmemente na determinação de votar no parlamentarismo". Ele, juntamente com os senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e José Richa, tentou remover as resistências do presidente Sarney ao novo regime de governo.

Sobre a duração do mandato do presidente Sarney, o senador Richa saiu-se na mesma linha: "Tudo vai depender da gradualidade de implantação do sistema parlamentar de governo que estamos negociando. Somente aí terá sentido discutir o tempo de mandato do presidente. Não tocamos no parecer de Cabral. Reservamo-nos para discutir a gradualidade da implantação do parlamentarismo e o mandato, quando da

votação das disposições transitórias".

No tocante a questão do conceito de empresa nacional, constante do substitutivo do relator Bernardo Cabral, o ex-ministro da Fazenda, deputado Francisco Dornelles, explicou que o Grupo dos 32 apresentou emenda ao capítulo Dos Princípios Gerais da Economia. Para ele, "no substitutivo, tal como estava redigido, a padaria de propriedade de um espanhol ou de um italiano seria considerada empresa brasileira de capital estrangeiro, o que é um absurdo. Sua proposta é de que a palavra "brasileira" seja substituída pela expressão "pessoa jurídica domiciliada no Brasil". De seu ponto de vista, este é um conceito mais amplo e capaz de "atender aos interesses de todos os grupos na matéria".

O secretário-geral do PDS, senador Virgílio Távora, elogiou a homogeneidade do projeto do Grupo dos 32, ressaltando que "a mais importante mudança no Hércules II reside na coerência de seu texto que, pode não ser o ideal, mas que qualquer jurista poderia aprovar". O senador referiu-se também "ao avanço colossal no tocante à reforma agrária, que serve aos propósitos do Miral e respeita a propriedade privada", ponderando que do projeto do grupo foram tirados os "excessos estatizantes no tocante à desapropriação e à espolição de hospitais. Demos mais espaço ao ensino particular, sem deixar de reconhecer o papel primordial do Estado".

# Comunistas e caudilho brigam atirando latas

RECIFE  
AGÊNCIA ESTADO

O comício pelas eleições diretas para presidente da República em 88 realizado no Recife na noite de sexta-feira, além de não ter conseguido mobilizar a população, teve desfecho melancólico, em meio a tumulto provocado por uma discussão entre o presidente do PDT Leonel Brizola, e militantes do PC do B. A briga começou quando Brizola, ao fazer seu discurso, o último da noite, para um público que não excedia 1.500 pessoas, instigou o PC do B a afirmar que "a tese do parlamentarismo é uma indignidade" e que "quem defende o parlamentarismo é farsante".

A declaração fez o deputado do PC do B Haroldo Lima subir ao palanque, onde iniciou um bate-boca com Brizola, que continuava a falar ao microfone. Enquanto militantes do PDT cercavam Brizola, os militantes do PC do B começavam a avançar com suas numerosas bandeiras em direção ao palanque. O clima no comício já era de total tensão, quando alguém do PC do B pediu para que os militantes se retirassem da concentração. Eles assim o fizeram, enquanto Brizola, microfone em punho, dizia que se eles pensavam constrangê-lo com aquela atitude, enganavam-se, até porque "para poder participar do comício pelas diretas o PC do B devia antes pedir

desculpas ao povo por ter apoiado o Plano Cruzado".

Os militantes do PC do B, que haviam saído, voltaram em seguida insultando Brizola, atirando latas vazias de cervejas e gritando "oportunistas". O ex-governador do Rio não se abalou e ainda disse que o único comunista brasileiro que reconhecia como tal era Luiz Carlos Prestes, por ser coerente com seus ideais e sua prática.

O locutor do comício, tentando desfazer o tumulto, pegou o microfone para lembrar que "a nossa briga é com Sarney", mas também foi acertado por uma lata de cerveja. Antes, já havia acontecido outro incidente, que passou despercebido por muitos, por não ter tido igual proporção. O motivo eram estudantes, com o PT vaiando a representante da UNE e o PC do B respondendo às vaias com agressões. O presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva disse, ao discursar, que "enquanto estamos aqui brigando temos somente 150 votos na Constituinte e não é dessa forma que vamos conseguir assegurar os direitos dos trabalhadores, nem mesmo a realização de diretas em 88". Ele já não estava presente quando aconteceu o episódio de encerramento, que teve o poder de dispersar as poucas pessoas que se mantiveram até o final do comício. Estiveram presentes, além de Lula e Brizola, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, o presidente do PV, Fernando Gabreira, e integrantes do PMDB de Pernambuco.

# "Debate entra em caminho errado"

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Reafirmando a condição de presidencialista, o ministro Aureliano Chaves acha que o debate sobre sistema de governo na Constituinte está entrando em caminho errado, de só criticar e culpar o presidencialismo por tudo que existe de errado, sem a preocupação de corrigir suas eventuais distorções. Aureliano mostrou-se preocupado com o que chamou de "discussão exacerbada" a respeito dos malefícios do presidencialismo, que na sua opinião, pode e

deve ser revisto, suprimindo atribuições monárquicas do presidente e assegurando ao Legislativo e Judiciário independência e prerrogativas capazes de fortalecer os dois Poderes.

Embora respeitando os parlamentares, reafirmou que prefere o presidencialismo, desde que revisto, para suprimir algumas anomalias instituídas a partir de março de 64. "Sou presidencialista, mas defendendo a revisão do sistema. Infelizmente, neste momento, o debate político está girando mais em torno de suas ocasionais distorções, o que considero um grande erro. Considero neces-

sário, neste sentido, um grande esforço para restaurar os Poderes Legislativo e Judiciário, que têm prestado os maiores serviços ao País".

### OPOSIÇÃO

Já o senador José Richa (PMDB-PR) dos mais ligados ao presidente da República, observou que nenhuma mudança de sistema de governo terá êxito se o movimento ficar caracterizado como de oposição a Sarney. Richa não apoiará nenhuma emenda que leve à redução do mandato do atual presidente, nem ao enfraquecimento de suas atribuições.

# "Dependência e morte"

GERALDO FORBES

Quando a gente era criança, a Semana da Pátria era um grande acontecimento. Alzira nos levava, todos os dias, para ver, de manhã, o hasteamento e, à tarde, a descida da bandeira. De volta para casa, passávamos pelo monumento da praça da Independência e subíamos as escadarias para ver os relevos em bronze, mostrando cenas notáveis da vida dos Andradas. Uma delas, lembro-me bem, representava o fechamento da Constituinte de 1823. Antonio Carlos saudando o canhão... Sabíamos todos os hinos de cor e vibrávamos com os desfiles, as som das músicas marciais. As favoritas eram "Paris Belfort" e o "Cisne Branco". O futuro inteiro pela frente, nosso patriotismo infantil não tinha medidas e nossa confiança nas grandezas do Brasil era ilimitada.

Ah, que saudades que tenho... Hoje, infelizmente, a confiança fenecce, o País não é um cisne branco e muito menos navega em mar azul. Ao contrário, patina na lama da corrupção, do impatriotismo e dos interesses menores, aprisionado por políticos mesquinhos e soldados intrometidos. Como disse o editorial do Economist: "Graças à sufocante incompetência de seu governo, o Brasil não é a usina econômica que tão facilmente poderia ser".

Dois ótimos artigos no último domingo, o do Pedreira, neste Estado, falando da instituição do sistema sócio-econômico marginal das favelas, e o do Marcos Albuquerque, na Folha, alertando para a nossa estagnação e decadência, a "argentinização" do País, tão denunciada nesta desimportante coluna, compuseram, sem retoques, o patético retrato do Brasil aos 165 anos de idade — um país em vias de subdesenvolvimento.

Nesta semana, o salário mínimo foi aumentado para 2.400 cruzados, 50 dólares por mês, 2 dólares por dia. No Haiti, são 3, nos Estados Unidos, 30. A miséria humilhante convivendo com a riqueza afrontosa. A casa dividida contra si mesma, sabe-se, não pode sobreviver, quem dirá, progredir.

A Constituição, que, em nossos destruídos sonhos, devia ser uma solene mas simples carta de navegação para o reencontro do País com seu destino de riqueza, justiça, liberdade e democracia, virou um projeto de torre de Babel, digno deste Con-

gresso de sacripantas, indigno do povo brasileiro e de uma nação civilizada.

Impossível, para qualquer pessoa normal, defender um relator capaz de escrever tamanho bestialógico. Para começar, uma Constituição que viola o vernáculo e assassina a língua não pode ser estimada; para terminar, um projeto que inclui entre seus preceitos um artigo tratando da Zona Franca de Manaus, deve ser desprezado. Não passa de mera portaria de política aduaneira e cambial, um exercício de relações públicas do boto-pavão.

Entretanto, ironicamente, as duas únicas coisas acertadas do projeto — o parlamentarismo e o cerceamento dos "pronunciamentos" militares, pela melhor definição do papel das Forças Armadas — é que foram atacadas pelo presidente Sarney e seu boneco de ventríloquo.

Em qualquer democracia, as Forças Armadas devem ficar e estão subordinadas à soberania do poder civil. "Aqui, negativo", disse, em seu destampatório insubordinado, o ameaçador gal. Leonidas, provando, apenas, exatamente o que quis negar — a necessidade de se pôr um paradeiro nos galopes golpistas dos funcionários fardados.

O ministro da Guerra, além de estilista de uniformes, combate à sombra da oligarquia há muitos anos. Conhece o jogo e, se agora tomou os freios nos dentes, o fez de parceria com o dr. Sarney e estimulado pelo título de condestável, nele pespogado por vivandeiros e aduladores, entre os quais ponteia a figura rotunda, desfrutável e lamentável do gov. José Aparecido.

Que homens como Sarney e Aparecido, protótipos do politícoide obsoleto, chamem o seu Pires e promovam a bordaberização, a retutela do País, para conservarem seus cargos e suas tetas, é compreensível. Eles são assim, sempre foram e sempre serão essas pequenezas. Mas, que, nesta hora, alguém como o sen. Fernando Henrique, tão ciente quanto nós da necessidade de se coibir o intervencionismo-autoritário, agache-se, é o fim.

O fim mesmo. Se o senador, com milhões de votos, recua ante o general, de uns poucos e só de boas festas, se o representante da locomotiva dá marcha a ré frente ao Urutu, então a cobra vai fumar e nos emurrar de volta ao túnel.

O que restava do simulacro de

constituinte acabou esta semana, reduzido a pó pela truculência militar e pela submissão e servilismo, quando não conluio, dos políticos. O documento apresentado como projeto de Constituição é, ademais, inservível e inconstitucional. Uma hora destas, quando houver homens em Brasília, vamos ter de começar tudo de novo.

Mas o pior é que a farsa não acabou. A Carta vai ser editada, mais ou menos como está essa porcaria do Cabral. Daqui até o fim do ano, todas as discussões vão centrar-se, apenas, na forma de governo e na duração do mandato de Ribamar. Que é o que dá negócio, e negócio é o que interessa aos drs. Constituintes. E já estão negociando, dizem eles orgulhosos, como se fosse lícito negociar-se as instituições.

Enquanto isso, o Brasil parado. O Plano Bresser morto e enterrado por Leonidas, Aureliano, Moreira Franco, Newton Cardoso e Arraes. Todos querem verbas, não importa o déficit, não importa o País. Importam as eleições e a clientela. Sarney concorda. Não importa o País. Importa o mandato. Importa a Norte-Sul. Pau na máquina.

Assim, em pleno 1987, os filhos da Pátria ainda não podem ver contentes a Mãe Gentil. Dependentes dos desatinos de uma oligarquia incompetente e corrupta, cansados e desesperançados de tanto ver triunfar as nulidades, inermes e passivos, assistem ao coroamento dos reis das favelas e, em Brasília, a sagração do imperador e dos marajás, titeres dos soldados. A política e a economia em franco retrocesso.

Tudo é uma repetição tediosa. Déficit e mais déficit. Intervenção militar e degradação da lei. Negociação do mandato, aquisição de prazo. Carreirismo dos governadores e clientelismo de deputados e senadores. E despesas e déficit e inflação e negociações e déficit e recessão hiperinflação. Decadência. Morte lenta.

Ninguém reclama. Ninguém protesta. Bresser continua. Ulysses ajoita. Fernando recua. Covas cala-se. Um povo tímido. Meio-Quilo é rei e Sarney, o seu profeta. Do fim do mundo.

Ainda hasteiam bandeiras? Que importa? Não se vê mais nem ordem, nem progresso, nem liberdade no horizonte.

E pena, Brasil. Você não está de parabéns. Bom dia, sr. canhão.